

A ESCOLA E SEUS MICRO-CIS-TEMA: DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA À PRÁXIS TRANS-FORMADORA?

Fernanda Dupin Gaspar Faria¹
Nicolas Leonardo Faria Silva²

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é promover a superação das relações de dominação no contexto escolar, amplamente expressos através do sexismo presente de forma - mais ou menos – oculta nos currículos escolares. Considerando que a escola é potencialmente transformadora, é necessário que as práticas pedagógicas cotidianas traduzam os princípios constitucionais de liberdade e equidade. Tomando a problemática de gênero como uma das facetas da dominação, é preciso situá-la dentro de uma conjectura social, política e econômica. Indiscutivelmente, homens e mulheres são diferentes. Tal afirmação, embora óbvia, pode ser um dispositivo para justificar a desigualdade de direitos e as relações de dominação, muitas vezes aprendidas e praticadas na escola, mas que, de forma alguma, permanecem restritas a este espaço. Assim, o presente projeto propõe que através de uma pesquisa-ação sejam desenvolvidas reflexões sobre as práticas pedagógicas relativas às questões de gênero, o que, por sua vez, poderá viabilizar uma nova práxis da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Dominação; Gênero

1 – INTRODUÇÃO

No município de Sete Lagoas, como os docentes dos diferentes segmentos da educação têm trabalhado as relações de gênero em sua prática escolar? Diante desta questão norteadora pretende-se desenvolver um aparato teórico e metodológico que auxilie, no campo das relações de gênero no contexto escolar, a prática pedagógica no município de Sete Lagoas. Ou seja, objetiva-se a identificação das práticas pedagógicas já empregadas, bem como a criação de um repertório novas possibilidades de atuação diante desta problemática.

A escola, em sua historicidade, se fez uma instituição socializadora e, portanto, responsável por intermediar a passagem de um sujeito de seu núcleo familiar para uma

¹ Fernanda Dupin Gaspar Faria; Coordenadora de Curso e Docente do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Ciências da Vida. Sete Lagoas- MG, e-mail: fernandadupin.fcv@gmail.com

² Graduando de Psicologia da Faculdade Ciências da Vida, Sete Lagoas-MG; e-mail: nickleonardosilva@gmail.com

macrocomunidade. Ou seja, ao se fazer ponte entre o público e o privado, a escola torna-se um cenário fundamental no qual perpassam os conflitos sociais. Entendida como um microsistema, a escola é uma instituição que atualiza e reproduz o modo de organização social em que está inserida.

Neste início de século, o XXI, têm se destacado as discussões de gênero, dentre as quais saltam aos olhos aquelas correlatas às explicações para a constituição de homens e mulheres, claramente marcadas por uma enorme tensão. O que nos faz homem ou mulher? Tal pergunta deixa de ter uma resposta aparentemente óbvia e inequívoca e ganha visibilidade política no somente no Brasil, mas em todo o mundo. Assim, ao buscar a equidade de gênero, tema de extrema importância social, é imprescindível que este debate seja feito pela escola e na escola, em todos os ciclos da educação, incluindo a Educação Infantil.

Por entender que as tratativas das questões de gênero e do espaço escolar são atravessadas por aspectos sócio-históricos, deve-se contemplar as diferenças entre o município de referência, a saber, Belo Horizonte, e Sete Lagoas, a qual se destina este trabalho. Para tanto, se faz necessária a realização de uma pesquisa-ação.

2 - METODOLOGIA

Baseado nas *Diretrizes da Educação para as Relações de Gênero da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte*, coordenada pela equipe do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Gerência de Articulação da Política Educacional deste mesmo município, pretende-se a realização de uma pesquisa-ação para o desenvolvimento um aparato teórico e metodológico que auxilie a prática pedagógica no cenário de Sete Lagoas.

Inicialmente será feito um levantamento com o número de instituições, públicas e privadas, de ensino do município; de alunos matriculados em cada segmento da educação, do infantil ao ensino superior; e de anos em que cada unidade escolar está em funcionamento na cidade. Para isso, será realizada uma pesquisa prévia, de natureza quantitativa, com fins descritivos e por meio de uma análise documental.

Em seguida, uma segunda investigação será realizada. A partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, pretende-se uma investigação quanto às práticas pedagógicas adotadas no campo das relações de gênero. Quanto aos seus objetivos, tratar-se-á de uma pesquisa descritiva, visto que já se tem algum conhecimento sobre o assunto e pretende-se a descrição

de um fenômeno. Para tanto, a partir de um estudo de campo, realizar-se-á uma pesquisa etnográfica.

Após tais levantamentos, será iniciada uma ação pesquisa-ação, metodologia de investigação que viabilizada intervenções de caráter social e que pressupõe a mobilização de todos os atores envolvidos na direção da construção de novos saberes. Através da pesquisa-ação será possível que a comunidade escolar reflita criticamente sobre suas ações.

Dessa forma, as intervenções nas instituições de ensino serão guiadas a partir de um roteiro planejado com base empírica. Na medida em que forem suscitadas as problemáticas de cunho social, relacionadas à temática de gênero, procurar-se-á resoluções didáticas e metodológicas para as situações apresentadas.

Ressalta-se que, por objetivar a construção de um saber através da reflexão sobre uma prática, as estratégias serão desenvolvidas com os participantes e pelos participantes, sendo este um movimento dialético que viabilizará a construção de uma práxis.

3 - RESULTADOS ESPERADOS:

Partindo do pressuposto de que o discurso pedagógico vigente se faz em um contexto sócio-histórico, procura-se pontuar de que maneira o sexismo, a discriminação étnica e a marginalização de determinados grupos são reproduzidos e mantidos através da prática pedagógica. Sob a esfera educativa incidem e se propagam discursos de dominação, que encontram na escola dispositivos para a manutenção de um dado contexto sócio-político. Diante disso, como pensar a prática docente no campo dos estudos de gênero? Partindo desta questão problematizadora, almeja-se contribuir para a construção de uma política de ensino que supere as práticas sexistas e as assimetrias de gênero no contexto educacional. Espera-se que as reflexões decorrentes deste projeto propiciem o desenvolvimento, a implementação e o acompanhamento de programas educacionais condizentes com o papel da escola e do educador na promoção da equidade de gênero como mecanismo de superação das relações de dominação social. Ou seja, a partir de uma parceria com a comunidade escolar é proposto que a investigação sobre as relações de gênero, como mecanismos de dominação, permita o

desenvolvimento de um material didático que traga outros subsídios para a atuação docente neste município.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A escola como espaço reflexivo, de construção de consciências autônomas e livres; como lugar de debate, de crítica e de superação das relações de dominação deve ser o berço para o desenvolvimento de proposta que visem à transformação políticas. Cientes de um compromisso ético, as reflexões, investigações e intervenções sobre o papel da escola e, conseqüentemente, sobre as práticas pedagógicas adotadas nas instituições de ensino se fazem necessárias. Por reconhecer a importância das ações pedagógicas no enfrentamento de práticas discriminatórias no contexto escolar, a adoção de estratégias de promoção da equidade de gênero visa à garantia dos direitos constitucionais de desenvolvimento integral e para todos. Ansiando por uma sociedade mais justa, ética e humana, é fundamental a promoção da cidadania. A garantia de direitos, operada na democratização do ensino, é a base sobre a qual se torna possível a constituição das mudanças na organização social. Ao pensar a escola, mais que lançar luz sobre as questões referentes ao tipo de educação que se pretende construir, o que está em questão é um projeto para uma organização social. Por ser potencialmente *transformadora*, a instituição escolar viabiliza a mudança no modo de vida de um povo.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes da Educação para as Relações de Gênero da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. SMED/BH, Belo Horizonte, 2015. Acesso em 08/10/2017. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3rJAoSXt1z4J:portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do%3Fevento%3Ddownload%26urlArqPlc%3D01_secretariamunicipaldeeducacao_smed_20161226.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CHARLOT , B. Prefácio. In: ABRA MOVAY, M. et al. Cotidiano das Escolas: entre violências. Brasília:Unesco, Observatório de Violências nas Escolas, MEC , 2006.

DEL PRETTE, Z. A. P. e DEL PRETTE, A. Habilidades envolvidas na atuação do psicólogo escolar/educacional. Wechsler, S. (org.), Psicologia, Pesquisa, Formação e Prática. Campinas, 1996.

DURBAN, Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. África do Sul, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001.

FARIAS, C. L. D. de. Considerações acerca da violência por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil: características, avanços e limitações. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 2012.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JESUS. J. G. Orientação sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2ª ed. Revista ampliada. Brasília, 2012.

MARCONI, M. A. e, LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORESI, E. Metodologia da pesquisa. Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF, 2003.

PIMENTA, S. G. e FRANCO, M. A. S. Pesquisa em Educação. Possibilidades Investigativas Formativas da Pesquisa-Ação. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PSICOLOGIA E DIVERSIDADE SEXUAL: desafios para uma sociedade de direitos / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT. SJDC/SP, São Paulo, 2014.